LEGISLAÇÃO URBANA: A IMPORTÂNCIA PARA O CRESCIMENTO E DESENVOLVIMENTO DOS PEQUENOS MUNICÍPIOS DA ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO ALTO IRANI (AMAI)

Julia Cristina Martins [1], Rejane Bolzan[2]

1. Discente do curso de graduação em Arquitetura e Urbanismo, Unoesc, Xanxerê, SC
2. Docente do curso de graduação em Arquitetura e Urbanismo, Unoesc, Xanxerê, SC

Autor correspondente: Julia Cristina Martins, jm2962931@gmail.com

Área: Ciências Exatas e Tecnológicas

Introdução: Os pequenos municípios são carentes de instrumentos de legislação urbana necessários ao ordenamento territorial, possuindo pouca legislação, o que pode comprometer a gestão e o desenvolvimento local. **Objetivo:** Analisar a legislação urbana nos municípios pertencentes à Associação dos Municípios do Alto Irani (AMAI), no oeste de Santa Catarina, avaliando as consequências da ausência ou obsolescência normativa para o ordenamento territorial e o desenvolvimento municipal. A proposta inclui uma análise mais detalhada do município de Xanxerê/SC. **Método:** A pesquisa adota abordagem qualitativa, com uso de levantamento documental das legislações vigentes (planos diretores, leis de uso e ocupação do solo, códigos de obras, parcelamento e zoneamento urbano), revisão bibliográfica sobre planejamento urbano em pequenos municípios e governança territorial, entrevistas semiestruturadas com técnicos, gestores, representantes da AMAI e do Ministério Público, além de análise de conteúdo temática e comparativa para interpretação dos dados. **Resultados:** A pesquisa já demonstrou que mais de 70% dos municípios da AMAI não possuem legislação de desenvolvimento municipal e/ou apresentam legislações desatualizadas, que não condizem mais com as características atuais dos municípios. Espera-se, com as análises futuras, comprovar e posteriormente listar os prejuízos que essa condição traz para o crescimento e desenvolvimento municipal. **Conclusão:** A investigação ressalta a necessidade de revisão e atualização constante das legislações urbanísticas na maior parte dos municípios, como condição essencial para garantir o direito à cidade, o ordenamento territorial e o desenvolvimento sustentável, principalmente nos pequenos municípios.

Palavras-chave: Legislação Urbana; Planejamento Territorial; Pequenos Municípios; AMAI; Desenvolvimento Sustentável.

Agradecimentos: A autora Julia Cristina Martins agradece à Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Estado de Santa Catarina (FAPESC) pelo financiamento desta pesquisa.